

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de princípios orçamentários e orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 51 Na Constituição Federal de 1988, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, a fim de evitar o desequilíbrio orçamentário, em especial, o déficit das operações correntes.
- 52 O princípio da totalidade orçamentária vigora na composição anual do orçamento, sendo utilizada, contudo, a multiplicidade de orçamentos (fiscal, de investimentos e da seguridade social) para a previsão da despesa pública, uma vez que, na fixação da receita, prevalece o orçamento uno.
- 53 Por intermédio do princípio da universalidade, segundo o qual a lei orçamentária deve conter a discriminação de todas as receitas e de todas as despesas do Estado, o Poder Legislativo pode impedir a execução de despesas sem a prévia autorização parlamentar.
- 54 De acordo com o princípio da especialização, a despesa deve ser discriminada na lei orçamentária, no mínimo, por elementos, ressaltando-se a predição de alguns programas de investimento, a qual pode ser feita na forma global.

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

- 55 No orçamento-programa, são previstos todos os custos dos programas de governo, inclusive os que extrapolam o exercício da programação orçamentária.
- 56 No orçamento de desempenho, consideram-se os seguintes fatores para a mensuração da atuação: economia de custos ou insumos, eficiência técnica na obtenção dos produtos e eficácia dos resultados pretendidos pelas políticas governamentais.
- 57 O orçamento tradicional deve ser elaborado com base na dimensão estratégica governamental definida no processo de planejamento e programação econômico-financeira aprovada pelas unidades orçamentárias.
- 58 Um dos critérios de classificação dos gastos públicos é o funcional-programático, uma classificação híbrida própria do orçamento-programa.
- 59 No orçamento tradicional, utilizam-se indicadores e padrões de medição para a avaliação dos resultados obtidos na execução dos programas de governo.

Os órgãos e as entidades da administração pública federal são obrigados a efetuar as retenções na fonte de impostos e as contribuições federais sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral. Com relação a esses assuntos, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que as siglas CSLL, COFINS e IR, sempre que empregadas, referem-se, respectivamente, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para o financiamento da seguridade social e ao imposto sobre a renda.

- 60 Considere que a Controladoria Geral da União (CGU) tenha avaliado as contas de 2012 de um ente público que, em decorrência do pagamento de faturas emitidas por sociedade empresária pelo fornecimento de serviços de radioterapia e quimioterapia, reteve IR, CSLL, COFINS e contribuição para o PIS/PASEP de 5,85%. Nessa situação, a CGU deve emitir parecer atestando a regularidade dessa retenção.
- 61 Sobre as importâncias relativas aos serviços pessoais prestados por cooperados ou associados de cooperativas de trabalhos deve ser retido o IR na fonte à alíquota de 1,5%.
- 62 No pagamento de aluguel de imóvel à entidade aberta de previdência complementar sem fins lucrativos, haverá retenção e recolhimento da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, não havendo, entretanto, retenção do IR.
- 63 A empresa pública Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS), na condição de principal responsável pela comercialização de combustíveis e demais derivados de petróleo no Brasil, pode utilizar a COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP para reduzir o valor a pagar da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre as operações realizadas com combustíveis (CIDE-Combustíveis).

No que se refere à gestão de convênio de natureza financeira, de responsabilidade de órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta, julgue os itens seguintes. Nesse sentido, a sigla TCE, sempre que empregada, refere-se à tomada de contas especial.

- 64 Cabe ao órgão de contabilidade analítica da unidade concedente, exauridas todas as providências cabíveis para sanar as irregularidades constatadas na prestação de contas parcial, instaurar a TCE e proceder ao registro da inadimplência no âmbito do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no cadastro de convênios.
- 65 O Tribunal de Contas da União poderá determinar a instauração de TCE, motivado pela não aprovação da prestação de contas apresentada pelo conveniente, dada a não execução total do objeto pactuado.
- 66 Os documentos originais fiscais ou equivalentes comprobatórios das despesas executadas pelo conveniente devem ser adequadamente identificados com referência ao título e número do convênio, bem como devem ser mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados.

Julgue os itens subsequentes, relativos à receita e despesa pública brasileira.

- 67 A partir da convergência entre as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCSP) e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP), passou-se a reconhecer como restos a receber as receitas lançadas e não recebidas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- 68 A incorporação de recursos financeiros ao erário público proveniente da constituição de dívidas deve ser classificada como uma receita de capital.
- 69 É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, podendo ser dispensada, contudo, a emissão da nota de empenho, caso se trate de despesas com pessoal e dos encargos dela decorrentes.
- 70 Os restos a pagar registrados por exercício são resíduos passivos que integram a dívida pública flutuante.

Julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores.

- 71 Os livros sociais que devem ser mantidos pelas sociedades anônimas incluem o de Atas das Assembleias Gerais, o de Registro das Ações Preferenciais e o de Transferência das Ações Nominativas.
- 72 A sociedade empresária constituída por ações deverá apresentar, ao final de cada exercício social, as seguintes demonstrações financeiras: balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, demonstração do fluxo de caixa e, em caso de companhia aberta, demonstração do valor adicionado.
- 73 As vantagens das ações preferenciais incluem a prioridade na distribuição de dividendo — fixo ou mínimo — e a prioridade no reembolso do capital.

A respeito dos componentes patrimoniais — ativo, passivo e patrimônio líquido —, julgue os itens seguintes.

- 74 Capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados são itens que compõem o patrimônio líquido.
- 75 As receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a ela correspondentes, são classificadas em conta de resultado de exercícios futuros do balanço patrimonial.
- 76 As ações em tesouraria aumentam o valor do patrimônio líquido.
- 77 São classificadas como ativos não circulantes as seguintes classes de contas: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

A respeito da Resolução CFC n.º 750 — e alterações posteriores —, que dispõe sobre os princípios de contabilidade, julgue os itens que se seguem.

- 78 A produção de informações contábeis tempestivas e íntegras apoia-se no princípio da oportunidade.
- 79 Nas mensurações subsequentes dos componentes patrimoniais, os valores históricos desses componentes podem ser ajustados por meio de indexadores que reflitam a variação do poder aquisitivo da moeda nacional.
- 80 Considere que, ao estimar o valor de uma provisão passiva, o contador tenha utilizado três metodologias de cálculo que se apresentavam igualmente válidas. Nessa situação, conforme o princípio da prudência, a escolha deve recair sobre a que resultará no maior patrimônio líquido.

O plano de contas de uma empresa não financeira inclui adiantamentos de contratos de câmbio; benfeitorias em propriedades de terceiros; constituição de provisão para redução a valor recuperável; despesas do exercício seguinte pagas antecipadamente; e empréstimos a longo prazo. Em relação a essas contas, julgue os itens a seguir.

- 81 Três dessas contas têm saldo de natureza devedora e duas têm saldo de natureza credora.
- 82 Três dessas contas são patrimoniais, e duas, de resultado.

Acerca das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 83 Se determinada sociedade empresária apresentou, no exercício de 2012, saldos de caixa e equivalentes de caixa — inicial e final — no valor de R\$ 2.339 mil e de R\$ 2.224 mil, respectivamente, e, no mesmo exercício, a aplicação de caixa em investimentos foi de R\$ 2.178 mil e o caixa gerado pelas operações foi de R\$ 1.584 mil, então, na demonstração do fluxo de caixa deverá ser demonstrada a geração de caixa em financiamentos no valor de R\$ 479 mil.
- 84 Considerando que a tabela abaixo se refere a uma empresa listada em bolsa de valores, é correto afirmar que o valor adicionado bruto a ser apresentado na demonstração do valor adicionado é inferior a R\$ 1.800.000.

receitas	R\$ 11.161.200
insumos adquiridos de terceiros	R\$ 8.905.030
depreciação, amortização e exaustão	R\$ 532.366
valor adicionado recebido em transferência	R\$ 252.555

- 85 Considerando apenas a tabela abaixo — com informações contábeis extraídas da demonstração dos fluxos de caixa em determinado período —, que foi elaborada pelo método indireto, é correto afirmar que a demonstração do resultado do exercício, referente ao mesmo período, apresenta prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no valor de R\$ 1.300.000.

adições ao imobilizado	R\$ 1.600.000
aumento do capital circulante operacional	R\$ 1.000.000
caixa líquido gerado pelas operações	R\$ 3.700.000
captação de dívida de curto prazo	R\$ 7.000.000
depreciação, amortização e exaustão	R\$ 4.000.000

Durante o mês de abril de 2013, uma empresa que comercializa móveis de estilo sob encomenda realizou as seguintes transações:

RASCUNHO

- pagamento antecipado de seguro contra incêndio, no valor de R\$ 12.000,00, com cobertura de um ano, a contar do mês de junho de 2013;
- pagamento de diversas despesas incorridas no mês, no valor de R\$ 23.000,00;
- recebimento antecipado de R\$ 400.000,00, referentes às vendas de móveis a serem entregues após 90 dias;
- recebimento de R\$ 200.000,00, referentes às vendas a prazo realizadas em meses anteriores;
- recebimento de R\$ 80.000,00, referentes às vendas, no valor total de R\$ 350.000,00, de móveis do estoque e entregues no mesmo mês.

Acerca dessa situação, julgue o item a seguir, relacionado à apuração do resultado do mês de abril de 2013.

86 O resultado do mês de abril de 2013, de acordo com o regime de competência, foi de R\$ 257.000,00.

Um fornecedor adota como critério para a concessão de crédito a capacidade de pagamento, e, quando é o caso, concede até 180 dias para recebimento do valor das vendas. A tabela a seguir apresenta informações dos compradores A, B e C, que pleiteiam negociar prazos de pagamento.

cliente	liquidez corrente	liquidez geral	margem bruta	prazo médio de cobrança
A	1,29	1,03	40%	72 dias
B	0,71	1,45	50%	48 dias
C	0,95	0,87	80%	25 dias

A respeito dessa situação, comparando-se as informações dos compradores A, B e C, é correto afirmar que

- 87** o cliente C atende às expectativas do fornecedor porque apresenta menor prazo de cobrança e melhor lucratividade.
- 88** o cliente A atende às expectativas do fornecedor porque o índice de liquidez corrente é superior a 1.

Em relação aos fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais, julgue os itens a seguir.

- 89** Se ocorrer distribuição de dividendos por uma sociedade anônima, o reconhecimento contábil deste fato gerará redução tanto do capital que estava à disposição da sociedade como das obrigações de curto prazo.
- 90** Considere que, no dia 31/3/2013, a Cutelaria Prateada, uma empresa que fabrica instrumentos de corte, tenha pagado a uma seguradora o valor de R\$ 40.320,00, referente ao seguro das suas instalações, com vigência de 18 meses. Nesse caso, no mês de dezembro de 2013, considerando a competência mensal, a empresa fabricante reconhecerá, no sistema contábil, uma despesa de R\$ 20.160,00, contra um crédito de igual valor em conta do ativo circulante.

Acerca da contabilidade pública e das variações patrimoniais, julgue os itens que se seguem.

- 91 A contabilização da liquidação da despesa de amortização da dívida fundada afeta dois itens do passivo, gerando variação patrimonial.
- 92 As empresas estatais dependentes devem aplicar os procedimentos da contabilidade pública, via Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do governo federal, e estão dispensadas de cumprir os requisitos contábeis previstos na legislação societária.
- 93 A restituição ou entrega de valores recebidos, tais como cauções, depósitos e consignações são despesas extraorçamentárias, pagas independentemente de lei orçamentária.
- 94 O recebimento de bem por doação caracteriza-se como alteração patrimonial qualitativa, porque afeta a qualidade do patrimônio líquido da entidade pública.
- 95 As variações patrimoniais extraorçamentárias são quantitativas, originadas de fatos supervenientes ou insubsistentes, tais como aumento da dívida fundada por atualização cambial e desincorporação de bens por motivo de extravio.

Julgue os próximos itens, relativos ao plano de contas único do governo federal.

- 96 O resultado diminutivo do exercício é subdividido em resultado orçamentário — despesas orçamentárias, interferências passivas e mutações passivas — e resultado extraorçamentário — despesas extraorçamentárias, interferências passivas e decréscimos patrimoniais.
- 97 O plano de contas único do governo federal visa facilitar e promover, de forma sistematizada, os registros contábeis dos atos e fatos praticados pelas entidades públicas, proporcionar maior flexibilidade no gerenciamento e na consolidação dos dados e atender à demanda dos usuários por informações.
- 98 A estrutura desse plano de contas é dividida em duas colunas, compostas por três classes cada uma. Na coluna da esquerda estão relacionadas as contas com natureza credora e, na da direita, aquelas com natureza devedora.
- 99 As contas de encargos financeiros a transcorrer e de depreciação acumulada são retificadoras do ativo ou do passivo, por apresentarem natureza devedora ou credora semelhante à classe contábil a qual pertencem.
- 100 As contas estão organizadas em subsistemas, evidenciando, desse modo, a composição, a variação e o estado do patrimônio, assim como bens direitos, obrigações e situações que possam impactar exercícios futuros.

A respeito da contabilização dos principais fatos contábeis da entidade pública e do SIAFI, julgue os itens subsequentes.

- 101 Na utilização do enfoque patrimonial na contabilidade pública, a receita é reconhecida quando ocorre aumento da situação líquida patrimonial, decorrente do registro da previsão da receita.
- 102 Apesar de ser apresentado como um sistema de administração financeira, o SIAFI é um sistema dinâmico, com caráter essencialmente contábil, e visa, principalmente, facilitar a elaboração das demonstrações contábeis do setor público.
- 103 A tabela de eventos corresponde ao desdobramento mais analítico da estrutura de um plano de conta contábil e compreende um conjunto de contas correntes contábeis, estruturado no SIAFI em forma de manual de contas.
- 104 O registro da prestação de contas do suprimento de fundos, cujo valor tenha sido totalmente aplicado, consiste na baixa da responsabilidade do agente, mediante prestação de contas, não afetando a conta de controle da despesa.
- 105 O registro contábil de pagamento a fornecedores referente a empenho do exercício corrente é realizado, no sistema financeiro, a débito de fornecedores e a crédito de ativo financeiro; no sistema orçamentário, é realizado a débito de valores liquidados a pagar e a crédito de valores pagos.
- 106 O registro de receita prevista na lei do orçamento anual é realizado no subsistema de compensação, para controle da receita a realizar e da previsão inicial da receita.

Acerca do balancete e das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 107 No balanço orçamentário, na comparação do executado com o orçado, tem-se insuficiência de arrecadação quando a receita prevista for maior que a receita arrecadada.
- 108 O balanço financeiro evidencia o fluxo das disponibilidades, apurado a partir dos recebimentos e pagamentos orçamentários ou extraorçamentários, não contemplando as variações patrimoniais aumentativas nem as diminutivas, pois essas variações não representam movimentação financeira.
- 109 De acordo com a estrutura do SIAFI, a demonstração das variações patrimoniais apresenta o resultado patrimonial decorrente da execução orçamentária, que é semelhante ao resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário.
- 110 O balancete é estruturado de modo a contemplar as contas contábeis e seus respectivos códigos, repetidos nas estruturas dos balanços.

Com relação às normas e procedimentos de controle interno administrativo, julgue os itens a seguir.

- 111 Considere que, ao examinar as despesas realizadas por uma entidade, um auditor tenha encontrado indícios de irregularidade na escrituração de determinada operação. Nessa situação, ao constatar a impossibilidade de confirmação externa, o auditor deve verificar a documentação correspondente, averiguando sua autenticidade e legitimidade, bem como deve verificar a pertinência da transação ao objeto social e a habitualidade e razoabilidade da operação.
- 112 O controle administrativo contribui para a condução ordenada dos objetivos de uma entidade, podendo ser realizado, entre as outras modalidades, mediante análises estatísticas dos resultados por linha de produto ou serviço e análises das diferenças entre valores orçados e realizados.
- 113 Considere que, com a finalidade de verificar a confiabilidade dos registros de menções atribuídas aos alunos, tenha sido realizada auditoria em uma universidade. Nessa situação, para verificar o estabelecimento e a implementação efetiva de procedimentos de controle interno pela administração, devem-se efetuar testes substantivos, que envolvem transações específicas.
- 114 A verificação do alinhamento da atuação do conselho de administração às diretrizes estratégicas estabelecidas pela assembleia de acionistas ou por órgão de atribuições equivalentes é objetivo de *compliance*, que deve assegurar um fluxo de informações horizontal entre as diversas unidades da organização e a sua administração.
- 115 Uma auditoria mais eficiente e eficaz quanto ao controle administrativo é a realizada de forma eventual, parcial e específica e exclusivamente na modalidade externa, a fim de assegurar alto grau de vigilância e prevenção em relação a todos os responsáveis que não gerem valores, mas tomem decisões que influenciam nos assuntos referentes às finalidades da organização.

Com base na Lei n.º 10.180/2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, julgue os itens que se seguem.

- 116 O cargo de assessor especial de ministro de Estado com funções de controle interno deverá ser provido, exclusivamente, por ocupante do cargo efetivo da carreira de finanças e controle, devendo a indicação a esse cargo ser submetida, previamente, à apreciação do respectivo ministro de Estado.
- 117 A unidade de contabilidade da UNIPAMPA integra, como órgão setorial, o Sistema de Contabilidade Federal, sujeitando-se à orientação normativa e à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União.
- 118 Considere que uma unidade do Sistema de Controle Interno de uma entidade de ensino tenha divulgado que executou 30% das obras de um prédio para abrigar novos cursos e que despendeu 40% das dotações orçamentárias destinadas à construção desse prédio. Nessa situação, ao fornecer tais informações sobre a situação físico-financeira do projeto, essa unidade agiu de acordo com suas competências legais, próprias dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Com base na Instrução Normativa n.º 1/2001, que define diretrizes, princípios e conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, julgue os itens seguintes.

- 119 As avaliações efetuadas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal são feitas com base em indicativos e indicadores, os quais podem aferir diversos atributos, tais como a economicidade, que expressa a melhor relação possível entre benefícios e custos.
- 120 Considerando-se a tabela abaixo, que apresenta dados relativos a um curso em dois períodos sucessivos, e desconsiderando-se outros fatores, como o número de alunos matriculados, o padrão de qualidade do ensino e a inserção profissional dos formados, é correto afirmar que a instituição responsável pelo curso melhorou os resultados apresentados, do período 1 para o período 2, do ponto de vista estrito da eficiência e da eficácia.

	período 1	período 2
número de professores	50	40
quantidade de alunos formados	1.500	1.600
duração média para a conclusão do curso (em anos)	4	5



cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos